

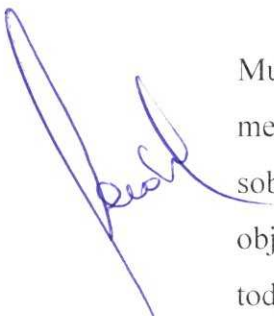
Ofício nº: 695 /2015.

Catalão, 09 de outubro de 2015.

**Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,
Senhora vereadora;**

Através do presente passamos as mãos de Vossas Excelências para apreciação e deliberação dos membros dessa Egrégia Casa de Leis, o Projeto de Lei que *"Altera na sua totalidade a lei municipal nº 2.721, de 18 de janeiro de 2010, que criou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS e dá outras providências"*.

EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS



Em análise da legislação municipal referente ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social deste município, nota-se que a mesma apresenta textos controversos que impossibilitam sua interpretação e sobremaneira sua aplicabilidade, em especial no que tange quanto a seus objetivos e sua administração. Desta forma fez-se necessário uma aglutinação de todo texto legislativo para que se possa ter de forma sistematizada e clara sua interpretação e efetivação.

Rua Nassin Agel, 505 - Centro, *Catalão* - Goiás – Brasil CEP: 75701-050
Fone: (64) 3441-5000.

PROTOCOLO

09/10/2015

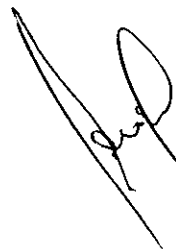
Hrs: 15:25

Admínia Santos

Sendo assim, o município deve-se adequar e atualizar sua legislação sempre que houver necessidade para que a legislação municipal não prejudique ou impeça a captação, movimentação ou aplicação de recursos que devem, por força de lei, serem fiscalizados por órgãos paritativos, que agem em consonância com sua legislação.

Assim, a proposta tem como objetivo a reestruturação da Legislação municipal pertinente ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, em especial, bem como de seu grupo Administrativo e funções de seus membros, tudo visando o melhor trabalho voltado à política habitacional municipal, e, em consequência a institucionalização de políticas públicas habitacionais.

Em especial no tocante à política habitacional de interesse social, onde o arcabouço das leis locais contém incoerências, tais como no Fundo Municipal, existe redação incluindo a composição de um Conselho para gerir quando na verdade deve criar para a sua gestão um Grupo Diretivo composto por: 01 (um) gestor, 01 (um) secretário e 01 (um) tesoureiro e não como se lê na Lei objeto de modificação e com isso a redação anterior ficou completamente incompreensível e inaplicável.



A iniciativa ora apresentada de reescrever a Lei Municipal de Nº 2.721, de 18 de janeiro de 2010 pelo Projeto Atual, permitirá a compreensão das Composições tanto do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, tanto quanto se refere especificamente ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social do Município, pondo fim à confusão anteriormente estabelecida pela redação que ora se corrige, reestabelecendo a individualidade de direção de cada um dos dois organismos municipais em questão.

Face ao exposto e certo da importância deste projeto de lei, solicitamos que o mesmo seja apreciado por essa Casa Legislativa EM REGIME DE URGÊNCIA, URGENTÍSSIMA, na forma da lei, e, na oportunidade, reitero minha estima e apreço aos digníssimos componentes dessa Egrégia Casa. Atenciosamente,



JARDEL SEBBA
Prefeito

Exmo. Senhor

JUAREZ CAMILO RODOVALHO

DD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

NESTA.

PROJETO DE LEI nº 100, de 09 de outubro de 2015.


“Altera na sua totalidade a lei municipal nº 2.721, de 18 de janeiro de 2010, que criou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE CATALÃO, ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Constituição Federal, FAZ SABER, que a CÂMARA MUNICIPAL, aprova e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A lei Municipal de nº 2.721, de 18 de janeiro de 2010, passa, a partir desta data, a vigorar com a seguinte redação:

“Lei Municipal nº 2.721, de 18 de janeiro de 2010:

“Recria, da forma abaixo, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS e institui sua forma de administração.”


O PREFEITO MUNICIPAL DE CATALÃO, ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Constituição Federal, FAZ SABER, que a CÂMARA MUNICIPAL, aprova e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Rua Nassin Agel, 505 - Centro, Catalão - Goiás – Brasil CEP: 75701-050
Fone: (64) 3441-5000.

DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 1º - O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, de natureza contábil, possui por objetivo centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais de interesse social, direcionadas à população de menor renda.

Art. 2º - O FMHIS é constituído por:

I – dotações do Orçamento Geral do Município de Catalão, Estado de Goiás, classificadas na função de habitação;

II – outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FMHIS;

III – recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;

IV – contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;

V – receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FMHIS;

VI – outros recursos que lhe vierem a ser destinados.

SEÇÃO II

Rua Nassin Agel, 505 - Centro, Catalão - Goiás – Brasil CEP: 75701-050
Fone: (64) 3441-5000.

DA COMPETÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO DO FMHIS

Art. 3º - O FMHIS será administrado por um Gestor, um Secretário e um Tesoureiro, os quais poderão ser indicados pelo titular da Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários SEHAF e nomeado pelo chefe do Poder Executivo, com as seguintes atribuições:

I - coordenar a realização de estudos de previsão de receita, juntamente com as Coordenadorias de Habitação, de Regulação Fundiária e de Estudos e Projetos da SINDEC, da previsão de receita anual do FMHIS e outros, com vistas à captação de recursos;

II - submeter ao Secretário Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários – SEHAF, as previsões orçamentárias para o ano subsequente, nos prazos e forma definidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e os planos de aplicação dos recursos, discriminando as diversas fontes originais e os programas e projetos a serem executados;

III - encaminhar ao Secretário da SEHAF, mensalmente, os demonstrativos de receitas e despesas, trimestralmente, os inventários dos bens materiais e serviços e, anualmente, o inventário dos bens imóveis e o balanço do FMHIS;

IV - organizar e manter toda a documentação e toda a escrituração contábil do Fundo de forma clara, precisa e individualizada, obedecendo à ordem lógica da execução orçamentária;

V - elaborar e atualizar o plano de contas do FMHIS, ouvida a Controladoria Geral do Município;

VI - conferir e conciliar os extratos das contas bancárias e controlar sua Movimentação;

VII - acompanhar e manter o necessário controle dos termos de contrato e de convênios para execução de programas e projetos firmados com instituições governamentais e não governamentais;

VIII - firmar junto com o Secretário Municipal da Infraestrutura e Defesa Civil ou ao Subsecretário Municipal da Infraestrutura e Defesa Civil os cheques e demais documentos bancários referentes às contas abertas e mantidas em estabelecimento de crédito;


IX - controlar a concessão e prestação de contas de adiantamentos e provimentos especiais às unidades executoras e/ou servidores credenciados;

X - submeter ao Secretario Municipal da Infraestrutura e Defesa Civil minutas de convênios e/ou contratos a serem firmados com organizações financiadoras de habitação de interesse social;

XI - controlar e liquidar as despesas e efetuar compras e contratos;

XII - captar recursos financeiros;

XIII - desenvolver outras atividades indispensáveis à consecução das finalidades do Fundo.

 § 1º - A composição, as atribuições e o regulamento do FMHIS serão estabelecidos por ato próprio do Poder Executivo Municipal.

§ 2º - O Gestor do FMHIS será, preferencialmente, o Secretário Municipal responsável pela área habitacional do município.

§ 3º - O Gestor do FMHIS exercerá o voto de qualidade.

§ 4º - Competirá ao Secretário Municipal responsável pela área habitacional do município, à Administração do FMHIS, os meios necessários ao exercício de suas competências.

SEÇÃO III
DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS DO FMHIS

Art. 4º - Os recursos do FMHIS, em consonância com as normas e diretrizes do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, serão aplicados em:

I – aquisição ou desapropriação de glebas e terrenos destinados à implantação de programas habitacionais;

II - construção de moradias pelo Poder Público ou em regime de mutirão ou convênios com entidades do terceiro setor;

III – implantação e/ou produção de lotes urbanizados;

IV – Aquisição de material de construção;

V – Obras de melhorias de unidades habitacionais de interesse social;

VI – Regularização fundiária e urbanística;

VII – urbanização de favelas e de áreas especiais de interesse social – AEIS;

VIII - Aquisição de imóveis para alocação social;

IX – Aquisição de imóveis para a fixação da população no seu local de moradia;

X – Serviços de assistência técnica jurídica para implementação de projetos e programas financiados pelo Fundo;

XI – Serviços de apoio à organização comunitária para a implementação de projetos e programas financiados pelo Fundo;

XII – Implementação ou complementação da infraestrutura de loteamentos;

XIII – Revitalização de áreas degradadas para uso habitacional;

XIV – Ações em vilas e habitações coletivas;

XV – Construção de reforma de equipamentos comunitários e institucionais vinculados a empreendimentos habitacionais de interesse social, de saneamento ou de promoção social financiados pelo FMHIS;

XVI – Projetos experimentais de aprimoramento de tecnologia habitacional ou de saneamento;

XVII – Estudos e pesquisas destinados ao melhor conhecimento da situação da moradia em habitações precárias;

XVIII – outras ações subsidiárias nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura aprovadas pelo Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS;

XIX – Outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS

§ 1º - As diretrizes e critérios previstos no inciso I do caput deste artigo deverão observar ainda as normas emanadas do Conselho Gestor do


Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, nos casos em que o FMHIS vier a receber recursos federais.

§ 2º - A Administração do FMHIS promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.

§ 3º - A Administração do FMHIS poderá promover audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS.



Art. 5º - Esta Lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Habitação e com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.”

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal de nº 2.721, de 18 de janeiro de 2010.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CATALÃO, aos 09 dias do mês de outubro de 2015.



JARDEL SEBBA
Prefeito

LEI Nº 2.721, de 18 de janeiro de 2010.

“ALTERA A LEI MUNICIPAL DE Nº 2.572, DE 11 DE ABRIL DE 2008, QUE CRIOU O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS E O CONSELHO GESTOR DO FMHIS.”

A Câmara Municipal de Catalão, Estado de Goiás, nos termos da Lei Orgânica do Município, aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei Municipal nº 2.572, de 11 de abril de 2008, que criou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS e que institui o Conselho Gestor do FMHIS, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Lei Municipal nº 2.572, de 11 de abril de 2008:

Art. 1º – Esta Lei cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS e institui o Conselho Gestor do FMHIS.

CAPÍTULO I

DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 2º - O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, de natureza contábil, possui por objetivo centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais de interesse social, direcionadas à população de menor renda.

Art. 3º - O FMHIS é constituído por:

I – dotações do Orçamento Geral do Município de Catalão, Estado de Goiás, classificadas na função de habitação;

II – outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FMHIS;

III – recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;

IV – contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;

V – receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FMHIS;

VI – outros recursos que lhe vierem a ser destinados.

SEÇÃO II

DO CONSELHO-GESTOR DO FMHIS

Art. 4º - O FMHIS será gerido por um Conselho-Gestor:

Art. 5º - O Conselho Gestor é órgão de carácter deliberativo e será composto por representantes de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, tendo como garantia o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção de $\frac{1}{4}$ (um quarto) das vagas aos representantes de movimentos populares.

§ 1º - A composição, as atribuições e o regulamento do Conselho Gestor serão estabelecidos por ato próprio do Poder Executivo Municipal.

§ 2º - A Presidência do Conselho-Gestor do FMHIS será exercida obrigatoriamente pelo Secretário Municipal responsável pela área habitacional do município.

§ 3º - O presidente do Conselho-Gestor do FMHIS exercerá o voto de qualidade.

§ 4º - Competirá ao Secretário Municipal responsável pela área habitacional do município, proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários ao exercício de suas competências.

SEÇÃO III

DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS DO FMHIS

Art. 6º - As aplicações dos recursos do FMHIS serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem:

I – aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;

II – produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;

III – urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;

IV – implantação de saneamento básico, infra-estrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;

V – aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;

VI – recuperação ou produção de imóveis em áreas encortiçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;

VII – outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho Gestor do FMHIS.

Parágrafo Único – Será admitida a aquisição de terrenos vinculada à implantação de projetos habitacionais.

SEÇÃO IV

DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO GESTOR DO FMHIS

Art. 7º - Ao Conselho Gestor do FMHIS compete:

I – estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do FMHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, observado o disposto nesta Lei, a política e o Plano Municipal de Habitação;

II – aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FMHIS;

III – deliberar sobre as contas do FMHIS;

IV – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FMHIS, nas matérias de sua competência;

V – aprovar seu regimento interno.

§ 1º - As diretrizes e critérios previstos no inciso I do *caput* deste artigo deverão observar ainda as normas emanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, nos casos em que o FMHIS vier a receber recursos federais.

§ 2º - O Conselho Gestor do FMHIS promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.

§ 3º - O Conselho Gestor do FMHIS poderá promover audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 8º - Esta Lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Habitação e com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.”

Art 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal de nº 2.572, de 11 de abril de 2008.

(a)Deusmar Barbosa da Rocha

Presidente da Câmara Municipal de Catalão

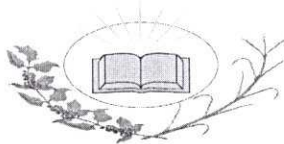
"Sanciono a presente Lei .

Registre-se e publique-se.

Catalão, 18.01.2010.

(a) VELOMAR GONÇALVES RIOS

Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE CATALÃO

– ESTADO DE GOIÁS –

Poder Legislativo

Procuradoria e Assessoria Jurídica

PARECER JURÍDICO

Ref.: Projeto de Lei nº 108, de 11 de maio de 2015.

Foi encaminhado à Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Catalão o Projeto de Lei nº 108/2015, de autoria do Prefeito Municipal de Catalão, o qual: *“Altera na sua totalidade a lei municipal nº 2.721, de 18 de janeiro de 2010, que criou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS – e dá outras providências.”*

Verifica-se que o presente Projeto de Lei trata da estrutura administrativa do Município e dos órgãos da Administração Direta, alterando a legislação que disciplina o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS.

Importante salientar que tal proposição necessitará, para aprovação, de voto favorável da maioria simples dos Vereadores presentes à sessão de votação, como previsto no art. 127, do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Ressaltada a consideração acima, passa-se à análise da iniciativa da proposição, bem como de sua regimentalidade, constitucionalidade e legalidade.

A iniciativa é legítima, pois a proposição trata dos interesses locais do Município e da administração de seus órgãos, matérias de sua competência previstas no art. 30, I, da CF/88 c/c art. 8º, I e XI da Lei Orgânica do Município de Catalão (GO).



MUNICÍPIO DE CATALÃO

– ESTADO DE GOIÁS –

Poder Legislativo

Procuradoria e Assessoria Jurídica

Quanto à regimentalidade, não se vislumbra nenhum vício capaz de impedir o seu prosseguimento, uma vez que a proposição está em consonância com os arts. 95 e 98 do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Quanto à constitucionalidade, o projeto de lei preenche o requisito, na medida em que está em conformidade com o art. 30, I, da CF/88, com o conteúdo material da Constituição e outras normas constitucionais concernentes ao processo legislativo.

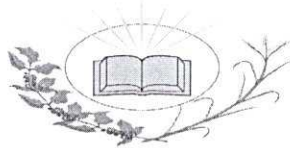
Além disso, ao Município incumbe a administração de seus órgãos e estrutura administrativa, no uso regular da autonomia constitucional que lhe é assegurada para cuidar de tudo que é de seu interesse local (art. 30, I), de acordo com as regras previstas no art. 37 da Constituição Federal.

Quanto à legalidade e juridicidade do projeto, não se vislumbra nenhuma ofensa ao ordenamento jurídico vigente, seja no âmbito municipal, estadual ou federal.

Ademais, a Lei Orgânica do Município de Catalão institui que é de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal qualquer lei que disponha sobre criação, estruturação e atribuição das Secretarias Municipais e órgãos da Administração Pública Municipal, tudo nos termos do art. 24, § 1º, do referido diploma legal.

Sendo assim, a proposição ora analisada é provida de juridicidade e constitucionalidade.

Conclusão:



MUNICÍPIO DE CATALÃO

– ESTADO DE GOIÁS –

Poder Legislativo


Procuradoria e Assessoria Jurídica

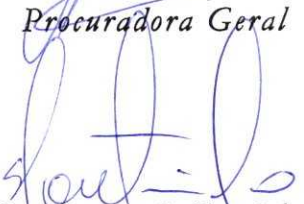
Diante do exposto, após análise, OPINAMOS PELA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE DO PROJETO DE LEI Nº 108/2015 E MANIFESTAMO-NOS PELA SUA REGULAR APRECIACÃO E VOTAÇÃO.

S.m.j.,

É o parecer.

Catalão (GO), 13 de outubro de 2015.


Elke C. F. Vargas Baêta
Procuradora Geral


Gustavo A. S. Coutinho
Assessor Jurídico



MUNICÍPIO DE CATALÃO

– ESTADO DE GOIÁS –

Poder Legislativo

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

PARECER

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

O **Projeto de Lei nº 108/2015**, de autoria do Prefeito Municipal de Catalão, o qual: ***“Altera na sua totalidade a lei municipal nº 2.721, de 18 de janeiro de 2010, que criou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS e dá outras providências.”***

Vem a proposição de Lei à Comissão de Constituição, Legislação e Redação para emissão de parecer, como previsto no art. 26, *caput* e §2º. do Regimento Interno desta Câmara Municipal.

Justificativa do autor: ***“Em análise da legislação referente ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social deste município, nota-se que a mesma apresenta textos controversos que impossibilitam sua interpretação e sobremaneira sua aplicabilidade, em especial no que tange quanto a seus objetivos e sua administração. Desta forma fez-se necessário uma aglutinação de todo texto legislativo para que se possa ter de forma sistematizada e clara sua interpretação e efetivação.” (sic).***

Nos termos do regimento interno desta Câmara Municipal, foi solicitado ao relator a expedição de seu parecer fundamentado e voto.

É o relatório.

Tudo visto e examinado, passa-se à fundamentação do parecer e voto.



MUNICÍPIO DE CATALÃO

– ESTADO DE GOIÁS –

Poder Legislativo

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Digna Comissão de Constituição, Legislação e Redação,

O projeto de lei sob exame tem por objetivo alterar legislação que disciplina o funcionamento de órgão da Administração direta conforme acima discriminado.

Antes de tratar da análise da regimentalidade, constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, necessário proceder à análise da iniciativa do autor, tendo em vista que esta questão pode interferir na tramitação da proposição.

A iniciativa é legítima, pois a proposição trata do funcionamento de órgão da administração, sendo esta matéria de competência do Município, mais especificamente, de iniciativa privativa do Prefeito, como traz o Artigo 24 da Lei Orgânica do Município de Catalão (GO).

Portanto, legal a iniciativa do autor.

Vencida esta etapa, passa-se à análise da regimentalidade, constitucionalidade, legalidade e da boa técnica legislativa da proposição em tela.

Quanto à regimentalidade, não se vislumbra nenhum vício capaz de impedir o seu prosseguimento, uma vez que o Projeto de Lei nº. 108/2015 está em consonância com o Art. 99, inciso II c/c Arts. 93 e 98, *caput* do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Quanto à constitucionalidade, o projeto de lei preenche o requisito, na medida em que está em conformidade com os Artigos 30 e 37, da CF/88, com o conteúdo material da Constituição e outras normas constitucionais concernentes ao processo legislativo.



MUNICÍPIO DE CATALÃO

– ESTADO DE GOIÁS –

Poder Legislativo

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Quanto à legalidade e juridicidade do projeto, não se vislumbra nenhuma ofensa ao ordenamento jurídico vigente, seja no âmbito municipal, estadual ou federal.

Quanto à técnica legislativa, nenhum reparo a fazer.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesta-se pela REGULAR TRAMITAÇÃO E POSTERIOR VOTAÇÃO, do Projeto de Lei nº. 108/2015.

Catalão (GO), 13 de outubro de 2015.

Vereador Silvano Batista da Silva
Relator



MUNICÍPIO DE CATALÃO

– ESTADO DE GOIÁS –

Poder Legislativo

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

PARECER

VOTO DO PRESIDENTE

Acompanho e sou favorável ao voto do Relator.

Vereador Valmir Pires Rosa
Presidente

VOTO DO VOGAL

Acompanho e sou favorável ao voto do Relator.

Vereador Gilmar Antônio Neto
Vogal